

INVESTIGAÇÃO/OPINIÃO

SECTOR DE RECORTES DE IMPRENSA

Como é que um ex-dirigente associativo chega à presidência da JNICT pela mão de um governo PSD? Mariano Gago explica-se

# Mariano Gago: «Portugal tem de ser um produtor de ideias»

José Manuel Fernandes

**H**A um ano a sua nomeação para a JNICT, a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, colheu quase

todos de surpresa.

Até o próprio.

Aos 38 anos de idade, José Mariano Gago, físico, professor catedrático do Instituto Superior Técnico, investigador do CERN (Centro Europeu de Investigação Nuclear) com sede em Genebra, não aceitou logo um convite que não esperava de todo. Durante quase três meses, resistiu à insistência do secretário de Estado da Investigação Científica, Arantes de Oliveira. Acabaria no entanto por aceitar suceder a Mendes Mourão, o anterior presidente da JNICT, falecido havia alguns meses e que ainda não fora substituído.

A primeira perplexidade que poderia ter gerado a sua nomeação é que Mariano Gago era — e é — insuspeito de pertencer a uma qualquer obediência política partidária. É por isso que a entrevista começou de uma forma quase «provocatória».

**EXPRESSO** — No início da década de setenta o Mariano Gago era dirigente associativo, chegou a ser presidente da RIA (Reunião Interassociações) numa altura em que a extrema-esquerda hegemonzava o movimento

estudantil. Agora, você surge num alto lugar da Administração trazido pela mão de um Governo PSD. O que é que se passou?

**MARIANO GAGO** — Por estranho que possa parecer, não sinto descontinui-

dade pessoal entre os ideais que me motivaram em 1968-1970 e os que me motivam hoje. Queria e desejava uma sociedade mais justa e mais livre. O mesmo que hoje. Queria mais criatividade, mais «estéticas», mais «arte» — como hoje. Em 1969-70 batiam-nos por uma universidade mais moderna e por níveis de qualidade de produção intelectual que nos afirmassem, a Portugal, no mundo. Hoje também. Talvez porque, de facto, a sociedade caminhou, de então até hoje, neste sentido, e porque, no fundo, não sofremos — ou não sofri — bloqueios intransponíveis, acabei por não descreer das virtudes da vontade e da acção.

**Antiautoritário, humanista, radical**

A minha formação política inicial é a da casa dos meus pais: democrática, liberal,

antitotalitária, humanista. Depois, a da Europa estudantil de 68, radical e de extrema-esquerda, preocupada com o mundo, anticolonial, racionalista. Seguidamente, e com mais consistência, tal formação decantou-se em antigos ideais anarquistas: antiautoritários, humanistas, radicais. São talvez esses ideais, juntos a já referida pulsão de agir, e ao original fundo humanista, que fazem o que sou hoje.

**EXP.** — Mas como se casam essas pulsões com o lugar na JNICT, num papel institucional? Temos um presidente da JNICT «de esquerda» que se dá bem com um governo «de direita»?

**M.G.** — A minha resposta mais sincera e honesta é que tenho dificuldade em entender a pergunta. E isso porque, até hoje, nunca senti qualquer dificuldade desse tipo no exercício das minhas funções. Há um grande entendimento de objectivos, no

que diz respeito ao desenvolvimento da investigação científica, entre mim e o secretário de Estado, Arantes de Oliveira, que sempre me garantiu uma completa confiança e uma larguíssima liberdade de acção. Para além disso, estou convicto de que existe hoje um real consenso político para o desenvolvimento científico do país — e que atravessa as divisões políticas tradicionais. O Conselho Consultivo da JNICT, as comissões coordenadoras e os grupos de trabalho são formados por pessoas de todas as ideologias.

**EXP.** — Mas esse consenso talvez só seja possível porque a JNICT é um organismo muito especial...

**M.G.** — É de facto. Mendes Mourão, o anterior presidente, atravessou diversas conjunturas políticas, e a Junta manteve a sua estabilidade. Para além disso, este organismo é um pouco «sui generis». Ele aparece à co-

munidade científica como um intérprete dessa mesma comunidade científica, na medida em que a sua força vem em grande parte do poder e do interesse que a comunidade tem na Junta. Portanto, não é um simples órgão executivo que tem um orçamento para distribuir e gerir. É também um órgão político, um executor das políticas científicas que ajuda a construir.

**A necessidade de um grande consenso**

**EXP.** — É a JNICT que define a política científica?

**M.G.** — Não é a JNICT como não é o Governo, qualquer governo. Te: uma política científica não é o mesmo que ter um ministro iluminado e bons assessores. Aqui, como em qualquer país do mundo, esse Governo e esses assessores são intér-

pretos, ajudam no fundo a dar coerência a uma política que é, afinal, construída pela comunidade científica, pela comunidade empresarial, pela pressão da opinião pública.

**EXP.** — Quer isso dizer que as opções de políticas científicas não dependem dos governos?

**M.G.** — Não exactamente. O que eu quero dizer é que para haver desenvolvimento científico é importante um grande consenso político. Em Portugal isso ainda é mais importante porque o nosso nível de desenvolvimento científico e tecnológico é muito baixo.

É necessário por isso propor um consenso sobre essa política de desenvolvimento e eu defendo, aí, um modelo bem demarcado: Portugal tem de ser um país produtor de ideias, de patentes, produtor de cultura científica. Isto ao mesmo tempo que deve ser um produtor de cultura

«tout-court». E ser produtor de cultura científica significa fazer investigação científica de alto nível, produzir novas ideias, produzir novos processos. Não podemos ser meios importadores de ideias científicas e de patentes.

É evidente que é possível imaginar outros modelos de desenvolvimento para Portugal. Podemos ser, por exemplo, uma praia da Europa e um imenso hospital de gerontologia, mas essa seria uma solução que me repugnaria. Se, por absurdo, fosse essa a nossa via de desenvolvimento, então não necessitaríamos de ciência e de tecnologia, como não necessitaríamos de arte ou de literatura.

**EXP.** — Mas esse modelo de desenvolvimento a que se refere já está a ser assimilado pelos partidos, pelo poder?

**M.G.** — A meu ver há gente em vários partidos que pensa assim. Mas mesmo que

411

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Investigação científica

# Investir nos recursos humanos

(Continuação da pág. 43-R)

as suas ideias ainda não estejam sedimentadas, o importante é ter uma atitude pragmática. O modelo de desenvolvimento também não nasce, por geração espontânea, da cabeça de meia dúzia de técnicos ou de políticos. Vai-se construindo.

O importante é ter algumas ideias-mestras bem assentes. Uma delas é que queremos ser produtores no plano da cultura científica internacional. Tomando esta ideia como consensual, muito pode ser feito, e desde já.

É que o nosso estádio de atraso é tal que nem temos de decidir hoje se a nossa prioridade são as agro-indústrias ou as tecnologias da informação, por exemplo. Quaisquer que sejam as opções económicas, por qualquer que seja o sector que optemos, o nível de investigação que temos nesses sectores terá sempre de ser desenvolvido. Ainda não chegou o momento de escolher.

## Os bloqueios do subdesenvolvimento

EXP. — Quer isso dizer que é fácil gerir a investigação em Portugal?

M.G. — Até certo ponto é. O que me parece mais difícil é ultrapassar outro tipo de bloqueios: o debate entre ciência fundamental e ciência aplicada e o debate das prioridades. São dois debates típicos de um país subdesenvolvido, de um país onde a escassez de meios cria a ilusão de que a investigação deve ser imediatamente instrumentalizada para ter efeitos directos na economia.

Trata-se de uma ladainha que só tem quem lhe preste atenção porque a ansiedade de resultados é muito grande. Eu, pelo contrário, penso que um país não pode aproveitar ao máximo a investigação científica, dela tirando proveito para a indústria e a

agricultura, se a investigação não assentar numa base alargada que cubra todos os domínios, que envolva desde os aspectos de ciência pura, fundamental, até aos aspectos com aplicação directa na vida económica. Não conheço nenhum país desenvolvido onde isso não aconteça. No fundo, para termos bons cientistas a desenvolver o produto A ou o produto B para a indústria é necessário que haja vontade de inovação nas empresas mas também que haja circulação de ideias e de pessoas entre os vários sectores e domínios ligados à investigação.

EXP. — Mas, para isso, para que haja circulação de pessoas e de ideias, é necessária uma certa quantidade de cientistas, aquilo a que às vezes se chama «massa crítica»...

M.G. — Concordo com essa imagem de «massa crítica». Ela deriva do conceito militar de bomba atómica: massa crítica é a massa de material radioactivo necessária para que se desencadeie uma reacção em cadeia. A interacção no interior da comunidade científica também é fundamental para produzir as reacções em cadeia que estão na origem das grandes descobertas.

EXP. — E temos cientistas suficientes?

M.G. — Por enquanto temos poucos e a sua formação é mesmo uma prioridade da JNICT. Em termos europeus, comparativamente, investimos um sexto da média e possuímos quatro vezes menos investigadores. Temos apenas uma vantagem: a maioria dos nossos investigadores, dos 1600 a 1700 doutorados, são gente nova, formada nos últimos 15 anos. Metade deles formaram-se no estrangeiro, o que também é positivo.

## «Perderam-se anos»

EXP. — Foi a gente formada nas formadas que saíram das universidades nos últimos anos da década de sessenta, primeiros da setenta?

M.G. — Sim, nessa altura mandaram-se muitos jovens para o estrangeiro para se formarem. Foi uma prática que teve consequências incalculáveis na modernização das universidades, por exemplo. Infelizmente, a partir de certa altura, houve uma diminuição do envio de jovens investigadores para o estrangeiro. Foi um erro dramático que está associado àquela fase em que se pôs um grande ênfase na investigação de «interesse nacional». Perderam-se anos.

EXP. — A formação dos cientistas deve, pois, ser internacionalizada.

M.G. — Sem dúvida. Um dos bloqueios ao desenvolvimento científico da Europa é mesmo, a meu ver, a baixíssima internacionalização na formação dos seus investigadores. Os americanos, por exemplo, circulam livremente entre as suas universidades, mas quantos

franceses vão para Oxford ou ingleses vêm para a Sorbonne? Muito poucos, apesar de se saber que as diferenças são uma fonte básica da criatividade. Se a Europa quer retomar o comboio da produção científica de ponta tem de fazer um esforço sério para que os doutoramentos dos seus cientistas sejam feitos fora dos países de origem dos doutorandos. A mobilidade é essencial.

## Números significativos

EXP. — Voltando à JNICT. Há dois anos o orçamento da Junta era de 100 mil contos. O ano passado passou para um milhão. Este ano é de 2,4 milhões, e vocês pediram seis milhões. O que é que estes números significam?

M.G. — Representam um esforço do Governo, uma vontade política de desenvolver a Junta. Aliás, é bom esclarecer que quando aceitei este lugar já o primeiro grande orçamento, o de um milhão de contos, estava aprovado.

EXP. — As verbas para a investigação científica foram multiplicadas por 24 em dois anos...

M.G. — Não. As verbas para a coordenação da investigação científica é que foram multiplicadas por 24. É preciso ver como é que o sistema funciona. A investigação científica está adstrita aos laboratórios do Estado, às universidades e a alguns institutos públicos que se distribuem por diversos Ministérios e têm os seus orçamentos próprios. É aí que estão os investigadores. A secretaria de Estado e a JNICT têm o papel de coordenação.

Assim, pode-se actuar de duas formas: ou rateando as verbas pelos Ministérios e exercendo a JNICT um papel de coordenação que talvez possa chamar de «voluntarista», ou entregando meios financeiros reforçados à JNICT por forma a que a coordenação possua os instrumentos de financiamento da investigação. Foi esta a opção deste Governo.

EXP. — Quer isso dizer que se procura acabar com as «capelas» existentes em vários sectores e, ao entregar a coordenação a um organismo com real poder, se procura dirigir de facto a investigação? A JNICT coordena mesmo?

M.G. — Durante muitos anos, apesar de estar escrito nos papéis que a JNICT era um instrumento de coordenação, isso não sucedeu. Mas agora já estamos a coordenar.

## Padrões de qualidade

EXP. — Como? M.G. — Através da forma como distribuímos o dinhei-

ro. As verbas deixaram de ser rateadas e apenas são entregues mediante projectos concretos que são avaliados de forma aberta e com transparência de critérios e processos. Estes concursos são públicos e a JNICT, graças à sua actuação passada, tem uma autoridade no interior da comunidade científica que lhe advém da sua isenção em matéria de avaliação e dos seus padrões elevados de qualidade que impõe.

Aliás, o modelo de avaliação que adoptamos, original, pensamos que é o mais adequado a um país pequeno como o nosso. O facto de tornarmos públicos os concursos, o que acontece em sessões onde comparece a comunidade científica da área, estimula a troca de ideias e projectos, aproxima as pessoas, faz surgir novas propostas de intercâmbio e desenvolvimento.

EXP. — Mas 2,4 milhões de contos não é muito dinheiro para gastar? Ou é pouco, se comparado com os seis milhões que pediram?

M.G. — É muito e é pouco. Por um lado, representa a vontade política de desenvolver a Junta, correspondendo a um grande crescimento. Mas é pouco se nos lembrarmos dos programas que não vamos poder cumprir, nomeadamente o desenvolvimento de infra-estruturas comuns de cálculo científico e de oficinas de apoio à actividade experimental. Estes programas requerem muito dinheiro e tivemos de sacrificá-los para não prejudicar os programas de investigação propriamente ditos e o crescimento da formação de recursos humanos.

## Da biotecnologia à astrofísica

EXP. — O esforço de coordenação da JNICT tem obedecido ou deverá obedecer a que critérios, privilegiar que áreas?

M.G. — Temos basicamente dois tipos de programas. Uns a que chamamos horizontais, e que englobam áreas como a biotecnologia ou a electrónica. São sectores que exigem uma grande articulação com as ciências fundamentais básicas, um grande esforço em matéria de inovação industrial e de valorização empresarial dos resultados de investigação. Trata-se de áreas de intensa competição internacional.

Depois temos outro tipo de intervenção, digamos vertical, em áreas especializadas, como a astrofísica, a matemática ou a acústica. O papel do Estado aqui é encorajar os grupos excelentes de trabalho a fim de que eles se tornem os melhores. Algumas destas áreas não exist-

te, em contrapartida, quase nada em Portugal e isso é particularmente gravoso para o nosso tecido científico porque são áreas de investigação de ponta, áreas de fronteira onde a ciência está a dar passos de gigante e de que não nós podemos alhear.

EXP. — E quais são, para além dos financiamentos, os vossos processos de intervenção?

M.G. — Diversos. Saliento dois: a política de bolsas e o programa mobilizador que será discutido, nos próximos dias, nas primeiras jornadas sobre o desenvolvimento da investigação científica.

O programa de bolsas tem uma novidade fundamental: permite que jovens que não estão nas universidades delas beneficiem. O doutoramento deixará de ser apenas uma meta universitária. Ou seja: vamos fazer com que, à saída da universidade, o jovem licenciado possa tirar o seu doutoramento sem ter de estar numa universidade ou num laboratório do Estado. Isto tem duas vantagens: primeiro, permite a esses jovens, numa fase especialmente criativa das suas vidas, dedicarem-se exclusivamente à investigação, sem outras preocupações; depois, permitirá formar doutorados para o mercado de trabalho não estatal, para a indústria.

O programa mobilizador, por seu turno, é um programa muito ambicioso, a longo prazo, que não exige grandes descobertas para amanhã mas que visa congregar todos os esforços institucionais, dos indivíduos e financeiros existentes no país. É preciso mobilizar as vontades, dinamizar as áreas científicas determinadas a que me referi atrás e investir na formação massiva de recursos humanos.

## «São necessárias novas gerações»

EXP. — Insiste muito no problema das recursos humanos.

M.G. — É, provavelmente, o problema-chave. É que é bom termos consciência de que não somos todos bons, de que há uns melhores e outros piores, de que são necessários critérios de avaliação rigorosos e muitas alterações de chefias. Para isso é necessário aumentar a qualidade média dos quadros científicos.

EXP. — Tem de se acabar com «os mediocres» que se rodelam de mediocres?

M.G. — Tem de se acabar sobretudo com a falta de critério. Aliás, eu penso que a resolução dos problemas de desenvolvimento da investigação científica exige novas gerações, outras pessoas. É que a nossa política pretende ser nova. A JNICT não existe para ratear verbas pelo existente, limitando-se a contabilizar aritmeticamente os projectos e a inventar um discurso que tente dar coerência ao existente. Estou na JNICT não para gerir a conjuntura mas para construir o futuro. Não desejo apenas coordenar o que existe, mas o que ainda não existe e tem de ser criado.

4/12

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Investigação científica